



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- DECRETO Nº 3.460, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007 -

ADEMIR ALVES LINDO, Prefeito
Municipal de Pirassununga, Estado
de São Paulo.....

No uso de suas atribuições legais e face ao constante nos autos do procedimento administrativo, objeto do Protocolado nº 3.435, de 21 de maio de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Para fazer jus ao benefício constante do Artigo 3º, inciso IV, da Lei Complementar nº 78/2007, o empreendedor deverá protocolizar junto à Prefeitura Municipal, solicitação de execução da terraplanagem, o qual deverá ser instruído com cópia do projeto de construção devidamente aprovado pela Municipalidade.

Parágrafo único. O beneficiário dos serviços nos moldes do *caput* do presente Artigo, pagará aos cofres públicos, após a execução dos mesmos e apresentação da respectiva Nota Fiscal, a importância correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do preço público fixado para a execução dos serviços no exercício, mediante a expedição do respectivo DAM.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício previsto no Artigo 3º, inciso V, da Lei Complementar nº 78/2007, antes da execução dos serviços, o empreendedor deverá protocolizar pedido junto à Prefeitura Municipal, instruído com planilha de custos nos termos do Artigo 6º, da citada Lei, bem como, 03 (três) orçamentos dos serviços a serem executados.

Parágrafo único. Fica estabelecido que o ressarcimento a ser promovido pelo Município, obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - Se a área a ser construída corresponder a até 30% (trinta por cento) da área total do terreno, o ressarcimento será de 30% (trinta por cento) do custo dos serviços de terraplanagem;

II - Se a área a ser construída corresponder a até 50% (cinquenta por cento) da área total do terreno, o ressarcimento será de 40% (quarenta por cento) do custo dos serviços de terraplanagem;

III - Se a área a ser construída corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) da área total do terreno, o ressarcimento será de 50% (cinquenta por cento) dos custos dos serviços de terraplanagem.

Art. 3º O ressarcimento de que trata o Artigo 3º, inciso VI, da Lei Complementar nº 78/2007, condicionado ao prévio deferimento por parte da Municipalidade, operar-se-á em 06 (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas, após a execução dos serviços e apresentação da respectiva Nota Fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 4º Em hipótese de rescisão/revogação da avença, nos termos do §1º, Artigo 18, da Lei Complementar nº 78/2007, fica estabelecido que o imóvel deverá ser restituído ao patrimônio público, observados os seguintes procedimentos:

I - constatada a ocorrência de situação de não cumprimento dos encargos assumidos pelo empreendedor, este será de pronto notificado pelo Município, bem como, será promovida vistoria pelo Conselho Técnico do PRODEP, o qual emitirá parecer certificando de forma detalhada, as condições físicas do imóvel, inclusive, no que tange a eventuais edificações, fechamentos e demais benfeitorias;

II - após a vistoria e parecer do Conselho Técnico do PRODEP, e respectiva homologação do Chefe do Executivo, o empreendedor deverá permitir a imediata imissão na posse do imóvel em favor do Município, nas exatas condições constatadas por aquele órgão, sendo vedada a remoção de qualquer material ou acessório que integre o imóvel;

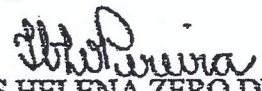
III - a cada 5% (cinco por cento) ofertado pelo licitante sobre o preço do lote constante do edital de licitação, o proponente obterá 5 (cinco) pontos que serão adidos à pontuação obtida na forma da Lei Complementar nº 78/2007, para efeito de classificação da melhor proposta.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 21 de dezembro de 2007.


- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

Publicado na Portaria.
Data supra.


THAÍS HELENA ZERO DE OLIVEIRA PEREIRA.
Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração.
dag/.